

ATA NÚMERO VINTE E DOIS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2024

Aos três dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes e começou por informar que o serviço do BUPI (Balcão Único do Prédio) já se encontrava a funcionar nas novas instalações, serviço este que foi financiado pela Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela e é transversal aos 15 Municípios que a integram. -----

Mais informou o Senhor Presidente que o serviço em questão foi promovido pelo anterior governo, continuando a sê-lo pelo governo atual e reveste-se da maior importância para todos os Municípios uma vez que lhes permite identificar e registar gratuitamente as suas propriedades. Relativamente às novas instalações o Senhor Presidente referiu que são pertinentes e bastante funcionais em virtude de haver vários idosos que não conseguiam aceder ao piso superior da Câmara Municipal para procederem aos respetivos registos. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote cumprimentou todos os presentes deixando uma palavra de congratulação à Senhora Vereadora Luísa Gomes pela realização da Festa da Interculturalidade que, a avaliar pela grande parte da comunidade imigrante envolvida, foi realmente um enorme sucesso. Neste contexto mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que a comunidade imigrante já adquiriu um importantíssimo papel no concelho de Fornos de Algodres, quer a nível social, quer a nível empresarial e uma iniciativa deste género incrementa e reforça laços, o que só demonstra que Fornos e Algodres é um concelho bastante acolhedor. -----

O senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção informando que correu tudo muito bem com os 10 alunos da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres que se deslocaram a Estrasburgo no âmbito do Projeto “Parlamento Jovem de Fornos de Algodres”, que é único no país, em que tiveram oportunidade de privar com 2 deputados do Parlamento Europeu e conhecer o funcionamento das Instituições Europeias. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que se tratou de uma experiência bastante enriquecedora para os jovens envolvidos e que a todos muito deve orgulhar. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes cumprimentou todos os presentes e no seguimento do que havia sido referido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote informou que o primeira Festa da Interculturalidade foi de facto um sucesso, com bastante adesão por parte da comunidade imigrante do concelho de Fornos de Algodres e também da restante população. Neste contexto mais referiu a Senhora Vereadora Luísa Gomes que a comunidade imigrante se fez representar com uma mostra gastronómica típica do seu país, que a todos muito agradou, tendo sido demonstrada a vontade de continuar a colaborar em futuras iniciativas, com o intuito de se envolver cada vez mais pessoas. A Senhora Vereadora Luísa Gomes prosseguiu a sua intervenção informando que o Município de Fornos de Algodres vai dar seguimento a este tipo de contactos por forma a organizar mais cursos de “PLA” (Português Língua de Acolhimento) uma vez que há bastantes interessados, e há inclusivamente um grupo de ingleses, residente em Algodres, que pretende fazer o segundo nível do curso, o que irá ser levado a efeito em colaboração com a AIMA, ou, caso não seja possível, com o IEFP. Mais informou a Senhora Vereadora Luísa Gomes que o Município de Fornos de Algodres irá proceder ao levantamento de todos os imigrantes existentes no concelho, em colaboração com as Juntas de Freguesia, Associações e com eles próprios, que nos poderão facultar alguns contactos que ainda não façam parte da base de dados da Câmara Municipal. -----

Relativamente à viagem dos alunos da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres ao Parlamento Europeu, a Senhora Vereadora Luísa Gomes demonstrou o seu agrado, uma vez que se tratou de uma excelente oportunidade de enriquecimento curricular e tudo correu da melhor forma. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra cumprimentando todos os presentes e informou que lamentavelmente não teve conhecimento da realização da Festa da Interculturalidade, ou por esquecimento, ou porque eventualmente possa ter sido referido nalguma reunião em que não tivesse estado presente, ao que a Senhora Vereadora Luisa Gomes respondeu que tinha estado de férias na última quinzena de setembro e pode ter havido um lapso nesse sentido, mas mais informou que o mesmo tinha sido divulgado nas redes sociais. -----

Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que as Vereadoras da oposição não deverão ter conhecimento das informações através das redes sociais, sendo extremamente lamentável que se tenha realizado a Festa da Interculturalidade sem que se lhes tenha dado conhecimento prévio do mesmo. -----

Relativamente à viagem dos alunos da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres a Estrasburgo, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues demonstrou o seu agrado referindo que se tratou de uma experiência deveras importante para os jovens e para toda a comunidade escolar uma vez que, eventualmente, nunca teriam a oportunidade de visitar o Parlamento Europeu e neste sentido propôs que o Município de Fornos de Algodres mantenha a referida iniciativa ao longo dos anos. -----

No que diz respeito à Loja do BUPI que havia sido referida pelo Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou onde se situava a mesma e se os colaboradores que lhe estão adstritos são funcionários da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção referindo que quando alguém se propõe concorrer a umas eleições, o que o Senhor Presidente fez muito bem em 2013, tem como missão a apresentação de um Programa a cumprir, no entanto, no caso em questão, parte dele foi cumprido e outra parte não, o que é da

vida, tal como o Senhor Presidente costuma referir. Neste sentido a Senhora Vereadora Joaquina Domingues salientou que quando se concorre a umas eleições, a premissa principal não deverá ser só a de cumprir um Programa, mas sim estar aberto ao diálogo e aceitar propostas da oposição e acima de tudo honrar os compromissos dos anteriores Executivos. Ainda neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção fazendo referência a uma situação sobre a qual o Senhor Presidente já tinha sido alertado em 2013, embora ela própria só tenha tido conhecimento à data da presente reunião, que se prende com a construção de uma fossa em Cortiçô, numa propriedade privada do Dr. Ângelo, sobre a qual havia de ter sido feito algum retorno em função da utilização da mesma nesse espaço. Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que até à data da presente reunião nada foi feito, apesar dos vários lembretes efetuados em conversas tidas com o Senhor Presidente, nomeadamente no que diz respeito à limpeza e manutenção da referida fossa. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues acrescentou ainda que teve conhecimento que, desde 2013, a fossa foi limpa pela primeira vez no corrente ano, o que considera lamentável uma vez que a Câmara Municipal recebe taxas de saneamento básico das pessoas que a utilizam e fez questão de salientar que o facto de haver uma fossa num terreno de cultivo, cuja limpeza não é feita com regularidade, cria transtornos graves aos proprietários do terreno, principalmente porque existe lá um olival. Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que ao verificar-se o vazamento de águas no terreno em questão, tal vai propiciar e aumentar o aparecimento de pragas e infestantes, nomeadamente a mosca da azeitona, o que trará um prejuízo acrescido ao proprietário do terreno, uma vez que haverá uma clara diminuição da qualidade da azeitona e conseqüentemente da qualidade do azeite que é lá produzido. Atendendo à situação referida, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues considera que deverá verificar-se uma negociação entre a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e o proprietário do terreno por forma a compensá-lo anualmente pela limpeza do terreno em causa, devendo a Câmara Municipal assumir a limpeza e manutenção regular da fossa. Uma vez que o Senhor Presidente já tem conhecimento da referida situação desde 2013, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que não consegue perceber o porquê de tamanha demora na resolução de um problema que existe numa obra que é pública e que faz parte integrante do património da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, para além de que o proprietário do terreno também não deverá ficar com tal prejuízo. Neste sentido solicitou que o respetivo pedido fosse de facto atendido, mediante alguma negociação entre as partes por forma a resolver a situação. Caso contrário, e se a fossa não for de todo útil para a população, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues considera que a mesma deverá ser desfeita uma vez que o seu vazamento potencia a proliferação de pragas e pestes no olival, o que é muito grave. Assim sendo e uma vez que a situação tarda em ser resolvida, pois já se arrasta há 11 anos, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues reiterou que a mesma seja resolvida com a maior celeridade possível. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção informando que tem visto pessoas, que reconhece como sendo trabalhadoras da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, a fazer alguns jogos com os alunos no AEFA, num determinado horário, no bar da escola e neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se existe algum protocolo com o AEFA ou em que trâmites este serviço está a ser prestado.

Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que só teve conhecimento da situação uma vez que em determinado dia só tinha na sua aula três alunos, em virtude de alguns se terem deslocado a Estrasburgo e outros a uma sessão sobre o ambiente, promovida pelo “NERGA”, que lhe solicitaram se poderiam utilizar o referido serviço. Como a atividade não é do conhecimento dos professores nem foi divulgada, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues solicitou informação acerca da mesma no sentido de saber em que momentos específicos é que a funcionária se encontra no AEFA a fazer a atividade e a quem é direcionada, pois como é do conhecimento da Senhora Vereadora da Educação, sempre que um professor falta, é substituído por outro. -----

Na sequência da intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Presidente referiu que os colaboradores que se encontram na nova Loja do BUPI são os mesmos que se encontravam no edifício da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, que não são funcionários da Câmara Municipal, mas sim prestadores de serviços, tal como foi acautelado na renovação da candidatura que foi elaborada pela Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, que é transversal aos 15 municípios que a integram e cuja durabilidade é de dois anos.- Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se o arrendamento da loja em causa também se encontra acautelado na referida candidatura ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente. Relativamente à questão da fossa mencionada pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Presidente referiu que é lamentável que um funcionário da Câmara Municipal de Fornos de Algodres que desempenhou a função de Chefe de Divisão durante tantos anos, tenha este tipo de comportamento e mais informou que nunca houve por parte do funcionário, em 2013/2014, qualquer tipo de informação formal ou mesmo informal endereçada ao Presidente ou aos Serviços da Câmara Municipal de Fornos de Algodres a reportar a situação. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção explicando que a dita fossa foi construída na altura pelo próprio funcionário em sintonia com o anterior Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, não tendo sido elaborado nenhum tipo de Protocolo e nem sequer se procedeu à sinalização da mesma. Lamentou também o Senhor Presidente que o funcionário em causa, com a responsabilidade que tinha na altura na Câmara Municipal de Fornos de Algodres, tenha feito um investimento de tal gabarito, eventualmente pago pela Câmara Municipal, em terreno próprio, sem qualquer tipo de Protocolo e sem qualquer tipo de sinalização. Neste contexto mais referiu o Senhor Presidente que o Município de Fornos de Algodres irá averiguar a situação o que poderá dar azo a um processo disciplinar ao dito funcionário por ter feito semelhante tal, durante todo o tempo em questão. Relativamente à limpeza da fossa o Senhor Presidente informou que foi a primeira vez que o Dr. José Ângelo o abordou no sentido de se proceder à limpeza da fossa, sendo que a mesma só não foi executada nos 8 dias subsequentes porque efetivamente ninguém, dos Serviços da Câmara Municipal, tinha conhecimento da existência da referida fossa, o que, por si só, é um claro indicador de como as coisas funcionavam antes de 2013. Neste sentido reiterou o Senhor Presidente que é extremamente lamentável que o Dr. José Ângelo tenha tal tipo de comportamento e venha no presente momento, passado tanto tempo, exigir contrapartidas relativamente à utilização do terreno onde se encontra a fossa. Acrescentou ainda o Senhor Presidente que se sente perfeitamente à vontade relativamente ao assunto em questão, sabendo de antemão com o que poderá contar, uma vez que conhece perfeitamente o Dr. José Ângelo e mais referiu que se desconhece quando foi feita a referida fossa, sendo

que nem sequer o Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô, que por sinal é sobrinho do Dr. José Ângelo, tem conhecimento da mesma, tampouco o João Gomes, funcionário da Proteção Civil. Atendendo a tamanha falta de conhecimento sobre a existência de tal fossa, mais referiu o Senhor Presidente que a situação em causa sempre se revestiu de um elevado grau de secretismo e considera muito estranho que, uma vez que a fossa foi construída no mandato do Dr. Miranda, não tenham sido solicitadas nessa altura, as referidas contrapartidas. Assim sendo, o Senhor Presidente considera muito importante que se venha a verificar o que realmente se passou, embora, infelizmente não haja qualquer tipo de rasto nem sinalização de tal intervenção e mais uma vez lamentou a atitude do Dr. José Ângelo para com o Município de Fornos de Algodres. Salientou ainda o Senhor Presidente que estando o dito funcionário numa categoria tão superior a todos os outros funcionários, deveria ter a obrigação de ser zeloso para com a Câmara Municipal de Fornos de Algodres que é a entidade que lhe paga o ordenado. Para terminar o Senhor Presidente mais informou que não se iria alongar mais em virtude de o funcionário em causa estar de baixa já há mais de um ano e como tal não pretendia fazer outro tipo de juízo acerca do Dr. José Ângelo, uma vez que está muito doente. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que de acordo com o explanado pelo Senhor Presidente, o mesmo ainda não teria tido conhecimento do assunto relativo à fossa, no entanto tinha sido informada de que o Senhor Presidente já tinha conhecimento da existência da fossa desde 2013, tendo inclusivamente havido algumas conversas relativas ao assunto e até troca de mails e neste contexto mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que se está perante duas versões completamente diferentes. Independentemente daquela que é a verdade e de o Senhor Presidente ter tido conhecimento prévio da situação em 2013, ou não, mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que o que é facto é que se está perante a existência de uma fossa e aquilo que é realmente importante ter em consideração é adotar alguma medida, mantendo alguma compensação para a limpeza anual do terreno em causa, por forma a salvaguardar o olival. Se por outro lado se considerar que a fossa não é útil para a população, reiterou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que a mesma deverá ser devidamente fechada ao que o Senhor Presidente respondeu que após o alerta a respetiva limpeza foi feita no imediato, no entanto a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, em defesa do interesse público, não poderá de todo ceder a um capricho de um funcionário que entendeu que têm de lhe pagar desde 2014, o que pressupõe que supostamente em 2013 ainda lhe devem ter pago, embora não se saiba de que modo, pois não foi encontrado nenhum documento a atestar esse pagamento. Mais referiu o Senhor Presidente que é de facto muito estranho que até 2013 não se tenha exigido qualquer tipo de compensação e que presentemente já se faça questão que haja uma contrapartida desde 2013 e reafirmou também que relativamente ao tema em questão não se iria alongar mais, uma vez que o Dr. Ângelo se encontra doente há muito tempo e não quer de todo contribuir para o agravamento do seu estado de saúde. -----

Relativamente à temática da fossa o Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra informando que tinha tido acesso a um mail que o Dr. José Ângelo tinha enviado recentemente em que é citado que a referida fossa foi construída em 2001 e neste sentido o Senhor Vereador Alexandre Lote solicitou ao Senhor Presidente que verifique em que condições é que foi feita a dita fossa, aquando do mandato do executivo à época, em que o Chefe

de Divisão era o Dr. José Ângelo. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que importa aferir se a mesma foi aprovada, ou não, em reunião de Câmara uma vez que se tratava de uma intervenção em propriedade privada e se houve lugar, ou não, a qualquer tipo de emissão de contrato para que a obra fosse feita com direito a recompensa por parte do proprietário em função da utilização de domínio privado para fins públicos. Em caso de a resposta ser negativa, mais informou o Senhor Vereador Alexandre Lote que para além do processo disciplinar deverá a situação ser comunicada ao Ministério Público em virtude de não ser de todo legal e, portanto, dever-se-á agir em conformidade. O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção salientando que não se pode utilizar dinheiros públicos em propriedade privada, e o responsável por garantir, à data, a legalidade sob o ponto de vista administrativo dos atos do Município de Fornos de Algodres era o Dr. José Ângelo, razão pela qual será difícil acreditar que os procedimentos não tenham sido cumpridos. Posto isto, mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que só teve conhecimento da existência da fossa e do inerente problema do vazamento no presente momento, vazamento esse que foi prontamente intervencionado e rapidamente ter-se-á de analisar o problema, verificando se há alternativa àquela situação para garantir que as pessoas tenham o seu saneamento em perfeitas condições. Ainda neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote informou que as pessoas ainda não pagaram saneamento durante o período em causa, pois de acordo com os normativos legais, só a partir de 2025 é que se é obrigado a proceder à cobrança da taxa de saneamento a quem não tem ligação à rede pública, sendo que as pessoas que utilizavam a fossa em causa nunca pagaram pois desconhecia-se a existência da mesma e figuravam no sistema como casas sem rede de saneamento. Mais informou o Dr. Alexandre Lote que a partir do próximo ano todos começarão a pagar, tendo direito a duas limpezas de fossa por ano e não pôde deixar de manifestar que é realmente muito estranho que alguém se lembre de, ao fim de tantos anos, vir pedir uma indemnização inerente a um processo que desde o início era do seu conhecimento e em que, eventualmente, não houve assinatura de nenhum contrato. -----

No que diz respeito à questão do AEFA mencionada pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que a colaboradora Ana Luísa Almeida, licenciada em Educação Social, após reunião havida com a Direção do AEFA se encontra a desenvolver atividades com os alunos, dentro do horário definido pelo AEFA e mediante a integração e coordenação do Gabinete de Psicologia. Relativamente ao trabalho desenvolvido pela funcionária, este é também articulado com o AEFA sendo que com toda a certeza é do interesse dos alunos e neste sentido ir-se-á aferir quais as atividades concretas que estão realmente a ser realizadas. -----
Relativamente à temática das atividades que estão a ser desenvolvidas pela funcionária Ana Luisa Almeida no AEFA, a Senhora Vereadora Luisa Gomes usou da palavra explicando que no dia anterior se tinha dado início ao Projeto "PIPSE" resultante de uma candidatura da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que visa a equidade e a inclusão pela educação com vista à promoção do sucesso escolar. Neste contexto mais informou a Senhora Vereadora Luisa Gomes que no âmbito da referida candidatura foi aprovada uma equipa multidisciplinar de apoio ao AEFA, constituída por uma Terapeuta da Fala, uma Animadora Sociocultural e um Técnico de Desporto sendo que a funcionária Ana Luisa Almeida também está a dar apoio ao AEFA através do acompanhamento do aluno Joel que ingressou no 5º ano de escolaridade e também desenvolve algumas

atividades com os alunos do 1º ciclo, no período de almoço, no âmbito do Projeto “É Tempo de Brincar”. Mais informou a Senhora Vereadora Luisa Gomes que o Sr. Diretor do AEFA solicitou a colaboração da Câmara Municipal de Fornos de Algodres nesse sentido, tendo enviado os respetivos horários a serem cumpridos pelos técnicos afetos aos projetos no decorrer do presente ano letivo. -----

Relativamente à Festa da Interculturalidade a Senhora Vereadora Luísa Gomes acrescentou que o mesmo foi levado a efeito no âmbito das comemorações do feriado municipal em que decorreram várias atividades durante esse fim de semana, atividades essas que foram divulgadas nas redes sociais ao que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues respondeu que as Vereadoras da oposição não deverão ter conhecimento das atividades que são desenvolvidas através das redes sociais, mas sim formalmente, até porque se as Senhoras Vereadoras se cingissem apenas às redes sociais, mal feito fora, pois o Município de Fornos de Algodres apenas divulga os eventos depois de serem levados a efeito, tendo ressalvado que, tal como já havia referido várias vezes em reuniões anteriores, as atividades do Município de Fornos de Algodres deverão ser divulgadas com a devida antecedência para que a população tenha conhecimento das mesmas e não só à posteriori. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra fazendo alusão ao Projeto de promoção do sucesso escolar e questionou a quem é que os colaboradores que lhe estão afetos, nomeadamente a Terapeuta da Fala, a Animadora Sociocultural e a Técnica de Desporto, prestam serviços e se eventualmente prestariam serviços à Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela ao que o Senhor Presidente respondeu que se a candidatura é do Município de Fornos de Algodres, os recursos humanos prestam serviços ao mesmo e mais questionou a Senhora Vereadora Cristina Guerra se os referidos recursos humanos pertencem ao Município de Fornos de Algodres ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote respondeu afirmativamente e mais acrescentou que a candidatura é da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, sendo que o Município de Fornos de Algodres será o Gestor das operações e enviará à posteriori o respetivo pedido de pagamento à Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, que, por sua vez, emitirá uma Guia de pagamento à respetiva Autoridade de Gestão. -----

Relativamente à divulgação dos eventos o Senhor Presidente referiu que o Município de Fornos de Algodres é detentor de uma plataforma de mensagens e todos os eventos são comunicados a todos os municípios através da mesma e mais informou que no fim de semana das comemorações de São Miguel foram enviadas as respetivas mensagens alusivas às peças de teatro que iriam ser exibidas, sendo que na sexta-feira houve menos afluência mas no sábado a sala estava muito bem composta para se assistir à peça de teatro alusiva às comemorações dos 50 anos do 25 de abril. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE SETEMBRO 2024 -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata propôs a sua aprovação. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote apresentou declaração de voto salientando o espírito positivo patente na forma como decorreu a reunião anterior e realçou que quando tal se verifica, honra-se e representa-se bem melhor as pessoas que exerceram o seu direito de voto. -----

Em virtude de não terem estado presentes na reunião anterior, as Senhoras Vereadoras Luisa Gomes e Cristina Guerra ausentaram-se da reunião aquando da respetiva votação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade dos presentes -----

2 – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2024, PARA CONHECIMENTO -----

Considerando as obrigações legais de reporte e de prestação de informação ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), de acordo com a estrutura definida pela sua Comissão Executiva, e ao abrigo do artigo 29.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal), na sua redação atual, submete-se para apreciação do Órgão Executivo Municipal o Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal (PAM), relativo ao 2.º trimestre de 2024 e posterior conhecimento ao Órgão Deliberativo. Remete-se também informação relativa ao segundo trimestre de 2024, acompanhada de certificação do auditor externo do município, ao abrigo do n.º 2 do artigo 29.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. -----

O Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, usou da palavra passando a explicar que relativamente ao relatório em causa, na parte da receita, a medida da derrama não foi cumprida uma vez que normalmente a mesma só é transferida no 3º e 4º trimestres e a venda de bens e serviços também não foi cumprida, tendo ficado bastante aquém do objetivo. Mais informou o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, que na receita, relativamente a impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, assim como a dinamização de espaços verificou-se um valor de 70% acima, embora não tenham sido cumpridos. No que diz respeito à despesa, o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, referiu que a despesa com pessoal ultrapassou em 2%, o que se deve à questão do subsídio de insalubridade e penosidade que foi negociado pelo Governo depois do PAM ter sido aprovado, assim como a medida 13 que tem a ver com os encargos variáveis eventuais. O Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, terminou a sua intervenção fazendo referência a uma nota que consta no relatório em causa que se refere à admissão de dois técnicos superiores para o Radar Social, a partir do dia 20 de maio, mas o valor em causa é expurgado dos salários, uma vez que é financiado pelo próprio Projeto. -----

Na sequência da explanação do Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que mais uma vez o relatório alusivo ao 2º trimestre é apresentado no último trimestre, verificando-se o incumprimento de várias situações, embora também se verifique que algumas foram superadas, nomeadamente ao nível da receita em que se superou o que estava previsto no PAM. Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que após análise do documento lhe surgiram algumas dúvidas, nomeadamente

na página 12 do relatório em causa, em que são referidos vários valores que ao serem somados ultrapassam o total de 82.000 € referido no documento, ao que o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues respondeu que os valores são meramente informativos, sendo que as únicas rubricas que deverão ser consideradas no capítulo em causa serão a 0701 e a 0703 que perfazem os tais 82.000 €, pois relativamente às rendas nem houve nenhum valor, e mais referiu que o valor das mercadorias só foi mencionado no relatório a título informativo e que eventualmente nem se deveria ter sido referido para não gerar confusão, ao que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou onde teriam então sido incluídas ao que o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, respondeu que fazem parte de outra rubrica e não deverão constar na rubrica 0701, tendo sido mencionadas apenas e só a título informativo. -----

Relativamente às intervenções do Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues e da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, alusivas ao relatório do 2º trimestre, o Senhor Presidente usou da palavra tendo referido que foi fornecida mais informação do que aquela que seria pertinente e futuramente não se deverá ser tão minucioso uma vez que nem há essa obrigatoriedade e daí ter-se gerado a confusão. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção referindo que cada um ficaria com a sua opinião e relativamente à página 14 do relatório em causa em que se faz menção à E-Redes, questionou se foi a E-Redes que incumpriu ou o valor não teria de ser considerado, ao que o Chefe de Divisão da DAG respondeu que a E-Redes só fez a informação em julho, sendo que o mês de junho já se encontrava fechado e não há forma de se fazer um cálculo do valor da E-Redes, uma vez que não há qualquer tipo de previsão do mesmo, ou seja se a informação tivesse sido feita pela E-Redes em junho, o objetivo estaria cumprido, podendo-se considerar que se está perante um incumprimento, cumprido. Neste sentido, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues mais questionou se anualmente a referida informação da E-Redes costuma ser apresentada até ao dia 30 de junho ou à posteriori, ao que o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues respondeu que não é linear, havendo alturas em que é apresentada atempadamente e outras em que tal não se verifica e ainda neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que não seria correto se o valor fosse considerado em orçamento quando se sabia antecipadamente que o mesmo não daria entrada na Câmara Municipal, tendo o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, mencionado que, no final de cada ano, caso o montante não dê entrada até meio do mês, formula-se um pedido para que seja fornecida a informação do valor da concessão por uma questão de acerto de contas, embora durante o ano não se verifique tal necessidade. Ainda relativamente ao Anexo do relatório em questão e para que não restem dúvidas, o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, referiu que na posição do orçamento da receita para o ano de 2024, mais concretamente na rubrica 7701, estão considerados os 82.000 € e poder-se-á verificar o seu desdobramento, ao que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues respondeu que não foi correto ter-se realçado uma situação que não foi considerada no capítulo e mais informou que, mais uma vez, tal como aconteceu no 1º trimestre, verifica-se o incumprimento relativamente ao que se devia ter cumprido que já vem sendo comum e habitual, sendo que as razões apresentadas para tal não são aceitáveis, tendo o Município de Fornos de Algodres de fazer um esforço para cumprir, inclusivamente os prazos em que os documentos são apresentados em reunião de Câmara. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e contrariando o que havia sido mencionado pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, referiu que em termos genéricos se cumpriu o estipulado pelo PAM sobretudo no que diz respeito à receita e o que se pretende com o presente Plano é que se tenha receita suficiente para se executarem as despesas, o que se tem cumprido. Mais informou o Senhor Vereador Alexandre Lote que quando se executou o Plano em questão é evidente que se estava perante várias condicionantes que não existem atualmente sendo que, o que o Município de Fornos de Algodres deverá salvaguardar, é que estejam devidamente acauteladas as verbas necessárias para a execução das ações, tal como o documento em questão assim o espelha. -----

Ainda relativamente a esta temática o Chefe da DAG, Dr. Américo Domingues, no que diz respeito à medida 12 que se refere à racionalização da despesa com pessoal, referiu que a mesma foi ultrapassada em 2%, no entanto o PAM considera que se pode aumentar este tipo de despesa, de acordo com a taxa de inflação e se a mesma for aplicada ao que foi gasto, cumpriu-se o objetivo na sua plenitude. -----

O Senhor Presidente interveio referindo que em termos do que é considerado plausível, tal como a Senhora Vereadora Joaquina Domingues costuma referir, é plausível que o valor da despesa referente a remunerações esteja também alterado, em virtude de o subsídio de pensidade ter sido aprovado pelo Governo depois de se ter assinado o documento do PAM e eventualmente quando se proceder à revisão do PAM também será razoável que, por parte da Direção do FAM, seja devidamente corrigido o objetivo em questão. Mais informou o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres foi das primeiras Câmaras a atribuir o subsídio de Pensidade aos trabalhadores que ao mesmo tinham direito, havendo ainda Autarquias em que ainda não foi atribuído esse subsídio e outras há em que o mesmo só é atribuído a quem exerce a sua atividade nos cemitérios. Ainda neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote acrescentou que, para além do subsídio de Pensidade, verificou-se também o aumento do salário mínimo, a alteração da posição remuneratória dos técnicos superiores e também se registaram alterações ao nível da carreira dos assistentes técnicos sendo que, se for tudo somado e considerado, o indicador de que apenas se ultrapassou o objetivo em 2%, será facilmente aceitável e tornará bem perceptível que houve realmente muita contenção em termos de despesa com pessoal. -----

Na sequência da intervenção do Senhor Vereador Alexandre Lote a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que ainda bem que se optou pela aplicação do subsídio de Pensidade para que se possa justificar o não cumprimento em termos de despesa e mais informou que anteriormente não se verificou essa justificação, sendo que, outra havia. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que no que respeita ao FAM, o Município de Fornos de Algodres cumpriu todos os trâmites relativamente à questão do pessoal e que infelizmente se tinha levado anos e anos a trabalhar com um quadro de pessoal diminuto, tendo de haver uma enorme elasticidade para se conseguir realizar as tarefas em tempo devido. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e salientou, tal como já o havia feito na Assembleia Municipal, que feitas as respetivas contas relativamente ao que o Município de Fornos de Algodres já pagou desde 2013 para colmatar a dívida, verificar-se-á que são quase 12 milhões de Euros, entre amortização e juros. Mais informou o Senhor Presidente que nos próximos anos Fornos de Algodres irá continuar

a ser o Município mais endividado do país sendo que as gerações vindouras ficarão restringidas relativamente a investimentos que poderiam ser feitos no concelho de Fornos de Algodres devido à má gestão anterior. Neste contexto o Senhor Presidente mais informou que na reunião de Câmara subsequente apresentará um documento proveniente do Ministério Público, documento esse que certamente virá a ser público e que espelhará a gestão feita pelo anterior Presidente da Câmara. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues agradeceu todas as referências feitas pelo Senhor Presidente apenas e só porque ela tinha afirmado que ainda bem que se optou pela aplicação do subsídio de Pensidade para haver uma justificação da despesa, sendo que anteriormente, outra havia. -----

No seguimento do que havia sido proferido pelo Senhor Presidente relativamente ao documento do Ministério Público, a Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra solicitando se o mesmo lhe poderia ser enviado antes da próxima convocatória uma vez que se deve tratar de um documento muito extenso e gostaria de o analisar previamente, ao que o Senhor Presidente respondeu que não se trata de um documento muito extenso. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra interveio, dando nota da seguinte declaração que vai ser registada em ata:

“Conforme a documentação enviada e a ordem do dia da convocatória, trata-se somente da tomada de conhecimento e assim sendo dispenso-me de proferir e apreciar em detalhe, sendo que o relatório em questão apenas vincula os seus autores e membros do Órgão Executivo intervenientes.” -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO E O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES -----

Considerando que a missão da Agência para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento (ADSI), tem como objetivos entre outros:

- Criar um conjunto de infraestruturas para promover o desenvolvimento da região e, desta forma, aproximar os seus cidadãos dos níveis de acesso à informação dos restantes europeus; -----
- Promover a criação crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação pelo tecido empresarial, apoiando as instituições e empresas na sua modernização, enquanto condição indispensável à sua competitividade internacional e à coesão territorial, assim como assegurar o desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica. -----

Considerando que o Município de Fornos de Algodres integra um conjunto de associados que suportaram o desenvolvimento da ADSI, remete-se, para apreciação e votação do Órgão Executivo proposta de protocolo a celebrar entre as partes. -----

O Senhor Presidente usou da palavra informando que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres já trabalhava com a ADSI no anterior mandato, vigorando uma parceria entre os vários Municípios inscritos e o Instituto Politécnico da Guarda. Mais informou o Senhor Presidente que atualmente há um conjunto de novas atribuições e novas tarefas em termos de Datacenter e Portais que foram discutidas na Assembleia, em que ele próprio esteve presente, tal como se pode verificar na respetiva ata, que, por forma a que sejam cumpridas, implicam o reforço do valor de pagamento à ADSI. Mais informou o Senhor Presidente que relativamente ao assunto em causa, havia duas opções: ou se fechava a ADSI ou se mantinha apenas e só com as anteriores atribuições que manifestamente precisavam de upgrades e neste sentido ficou decidido pelos Presidentes e Vice-Presidentes de Câmara que estiveram presentes que se deveria proceder à respetiva dotação financeira para fazer face ao desempenho do trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo dos anos. O Senhor Presidente mais informou que à posteriori, a respetiva dotação será claramente apreciada e votada em reunião de Câmara e Assembleia Municipal uma vez que pressupõe alteração de valores. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e solicitou que lhe fossem fornecidos alguns exemplos de atuação da ADSI no concelho de Fornos de Algodres ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote informou que felizmente tem havido uma enorme interação com a ADSI pois é a entidade responsável pela operacionalidade do site do Município de Fornos de Algodres, ou seja, toda a base do site e toda a construção no âmbito do backoffice são feitas pela ADSI, sendo que é também a ADSI a responsável pelo portal do ambiente e pela elaboração dos subportais que fazem parte do site. Mais informou o Senhor Vereador Alexandre Lote que é no servidor da ADSI que está alojada uma das cópias de segurança dos e-mails para garantir que nunca se perca essa informação e é também detentora do site Beira.pt onde é feita a promoção do território, nomeadamente a nível dos alojamentos locais, etc. e de facto a ADSI tem sido fundamental para se conseguir ter uma capacidade de ação mais rápida quando se pretende elaborar, por exemplo, questionários no âmbito da realização de eventos. Atendendo à diversidade dos serviços prestados pela ADSI ao Município de Fornos de Algodres, o Senhor Vereador Alexandre Lote mais referiu que o que tem vindo a ser efetivamente pago tem sido muito menos do que o que se deveria, em função da panóplia de serviços que têm sido prestados. Ainda neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que eventualmente possa haver alguns Municípios que não tenham o mesmo índice de atuação, mas no caso do Município de Fornos de Algodres tem-se de facto trabalhado muito bem com a ADSI, nomeadamente com os seus técnicos Patrícia Correia, Vicente Gonçalves e José Daniel, sendo que se considera o Protocolo existente bastante pertinente, o que gera a intenção de o aprofundar. Ainda neste âmbito o Senhor Vereador Alexandre Lote acrescentou que já havia endereçado a devida informação ao Senhor Presidente dando nota de que, caso se verifique um aumento do valor do Protocolo, não haja depois orçamentação adicional de prestação de serviços para se realizarem as atividades que têm vindo a ser desenvolvidas, devendo esta situação ser acautelada. -----

Na sequência da intervenção do Senhor Vereador Alexandre Lote, o Senhor Presidente salientou que a situação referida ficou devidamente salvaguardada na reunião havida com a ADSI, em que ele próprio interveio para

contrapor a posição tida pela Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda quando a mesma imputou às Câmaras Municipais a eventual responsabilidade de alguns dos problemas da ADSI, o que não é de todo verdade. Neste contexto o Senhor Presidente mais informou que, tal como havia sido referido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, é deveras importante todo o serviço prestado pela ADSI, outrora denominada Guarda Digital e como tal, faz sentido que o Protocolo seja devidamente reforçado por forma a que se continue a usufruir da prestação de serviços que tem vindo a ser levada a efeito, mas desta feita com atribuições diferentes. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra agradecendo a explanação dos pontos de ação da ADSI, os quais desconhecia enquanto cidadã e até como Vereadora da oposição, considerando, no entanto, que são importantes para o Município de Fornos de Algodres. Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que tinha conhecimento da existência do referido Protocolo que tem estado em vigor e a ser cumprido até ao presente momento e neste sentido questionou se apenas se tem vindo a proceder ao pagamento de quotas ou se eventualmente teria havido pagamento de alguma mensalidade, ao que o Senhor Presidente respondeu que apenas se tem procedido ao pagamento das referidas quotas. A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção referindo que, tal como está transcrito na ata da ADSI, para que a mesma se continue a manter, será necessário pagar-se uma mensalidade desde o dia 01 de janeiro de 2024 e neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se, uma vez que só agora se vai elaborar um novo Protocolo com novas atribuições, ter-se-á de pagar desde o início do presente ano? E tal verificar-se-á apenas porque a situação financeira da ADSI é péssima? Neste âmbito o Senhor Presidente da Câmara interveio referindo que a situação da ADSI não é péssima uma vez que não há salários em atraso, sendo que houve sim situações péssimas praticamente em todas as ADL(s), nomeadamente na ADRUSE, Pro-Raia, Territórios do Côa, etc. que se depararam com graves dificuldades, uma vez que os presentes quadros comunitários de apoio não tinham valores iguais aos anteriores e houve consequentemente rescisão de contratos. Mais referiu o Senhor Presidente que no caso da ADRUSE, da qual é Presidente, verificou-se a saída de 4 funcionários por forma a que continue a funcionar sem os problemas gravíssimos de há 4 anos, em que havia salários em atraso. -----

No que diz respeito à situação concreta do Município de Fornos de Algodres relativamente à ADSI, o Senhor Presidente referiu que apenas se irá pagar a mensalidade a partir do momento em que o Protocolo for assinado, sendo que, só se procederá ao respetivo pagamento a partir do dia 01 de janeiro de 2025. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues reiterou que tinha lido na ata da ADSI que a mensalidade se pagaria a partir do dia 01 de janeiro de 2024, mas contrariamente e de acordo com o que foi referido pelo Senhor Presidente, o Município de Fornos de Algodres só irá proceder ao pagamento da mensalidade a partir do dia 01 de janeiro de 2025. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra referindo que num mundo tão competitivo como é de facto o tecnológico e com os aumentos salariais que se foram registando, também se verificou a necessidade de a ADSI conseguir assegurar pelo menos 2 quadros de altíssima qualidade mais ligados à vertente tecnológica, nomeadamente o Vicente Gonçalves e o José Daniel e caso os funcionários não sejam valorizados sob o ponto de vista remuneratório, dificilmente as Câmaras Municipais poderão ter acesso aos serviços prestados com

tamanho qualidade. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que de facto não são atividades muito visíveis, sendo que o importante para o cidadão comum é que o site funcione e os emails estejam protegidos, e neste contexto reiterou que o Município de Fornos de Algodres tem realmente usufruído de um serviço, que apesar de ser invisível, prima pela excelente qualidade. -----

Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues votou a favor com a devida ressalva de que a mensalidade só entrará em vigor a partir de 01 janeiro de 2025, tal como o Senhor Presidente afirmou. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido -----

----- Voto vencido -----

“Voto vencido nos termos da Legislação e regimento das reuniões de Câmara Municipal dado que a documentação enviada não cumpre com a Norma de controle interno e Regimento das reuniões de Câmara, além de que: -----

- Desconhece-se a intervenção de representante da Câmara Municipal junto da ADSI neste processo; -----

- Desconhece-se despacho de delegação de competências nos Vereadores em regime de permanência e no Chefe de Divisão Administrativa; -----

- Desconhece-se atividades desenvolvidas pela ADSI, bem como qualquer avaliação de protocolos em vigor, orçamento justificativo de verbas já despendidas e a despender no presente ano civil e anos vindouros, com base em protocolo com a ADSI; -----

- A documentação enviada não elucida das eventuais alterações face ao protocolo em vigor e novo texto e compromissos financeiros, bem como as contrapartidas materializadas em serviços e atividades da ADSI em benefício da Câmara Municipal.” -----

4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A ASSOCIAÇÃO “DIGNITUDE” E O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, REFERENTE À NOVA CONDIÇÃO DE ACESSO AO PROGRAMA “ABEM” -----

Considerando que a Associação “Dignitude” é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, é responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e gestão do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento. -----

O Programa “ABEM”: Rede Solidária do Medicamento tem por objetivo garantir o acesso ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica. ---

A operacionalização do Programa está essencialmente alicerçada na capacidade e logística da rede de farmácias portuguesas. -----

O Município de Fornos de Algodres, pretende continuar a associar-se ao desenvolvimento do Programa “ABEM”: Rede Solidária do Medicamento, pelo que se apresenta esta proposta de renovação do Protocolo com a Associação “Dignidade” para apreciação e votação pelo Órgão Executivo. -----

A Senhora Vereadora Luisa Gomes usou da palavra referindo que o documento em questão visa uma alteração relativa a 3 artigos que fazem parte integrante do Protocolo já existente e houve a necessidade de se proceder à mesma em virtude de se ter verificado que muitos beneficiários ficavam excluídos do apoio em questão, especialmente pessoas idosas, devido ao valor do rendimento per capita. Neste contexto a Associação “Dignidade” propôs aos vários Municípios com quem mantém a parceria, que o rendimento per capita passe de 50% para 60% do valor do IAS e o valor das despesas passará de 35% para 45%. Mais informou a Senhora Vereadora Luisa Gomes que o limite máximo anual de beneficiários para atribuição de apoio se mantém nos 85, sendo que de momento existem 36 beneficiários ativos e 89 inativos porque muitas vezes, ou não se apercebem que o cartão já está inativo, uma vez que não houve necessidade de vir à farmácia, ou porque não fizeram prova de que a situação económica se mantém a mesma, sem que tenha havido alteração de rendimentos. Relativamente ao período de 01 de janeiro a 31 de junho de 2024, a Senhora Vereadora Luisa Gomes referiu que foram comparticipadas 829 embalagens de medicamentos no valor de 3.394,21€ e mais informou que já estaria disponível para análise o relatório de acompanhamento do 1º semestre enviado pela Associação “Dignidade”. -----

No âmbito da intervenção da Senhora Vereadora Luisa Gomes a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que gostaria de ter tido acesso prévio ao relatório em questão para se poder verificar o que tem vindo a ser realizado até à presente data, até porque se trata de uma atualização de um Protocolo que implica a existência de relatórios, no mínimo, anuais. Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que se deveria ter tido conhecimento do respetivo Protocolo anteriormente para que tivesse havido a devida visibilidade das ações dele decorrentes, até porque implica um custo para o Erário público. -----

Neste contexto a Senhora Vereadora Luisa Gomes informou que na altura da pandemia estavam ativos 120 beneficiários, mas, entretanto, alguns foram falecendo, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionado se o Município pagaria 135 € por cada um dos beneficiários ativos, independentemente da despesa realizada, ao que a senhora Vereadora Luisa Gomes respondeu afirmativamente. -----

Posto isto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e salientou que, tal como tem sido sempre a sua conduta, considera que se deve sempre apoiar e ajudar os mais carenciados e todos os que têm mais dificuldades e que tudo deverá ser feito para que seja possível facilitar e melhorar a vida das pessoas, principalmente dos jovens e idosos e neste sentido concorda perfeitamente que haja este tipo de Programas e Protocolos, uma vez que não se criaram condições para o aumento da empregabilidade no concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra referindo que o Programa “ABEM” reflete muito do que tem sido o trabalho do atual Executivo desde 2013, tendo sido o Município de Fornos de Algodres dos primeiros a aderir ao referido Programa, Programa este que envolve diferentes entidades, sendo que uma parte é obviamente

financiada pelo próprio Município de Fornos de Algodres e outra parte que é fruto dos Programas de responsabilidade social da Industria Farmacêutica, que também é chamada a contribuir para o apoio das pessoas. Neste contexto mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres se deve sentir muito orgulhosa pelo facto de, também nesta área que é tão critica no dia-a-dia dos Municípios, que é o acesso ao medicamento, ter sido pioneira e continuar a reforçar este tipo de apoio num concelho que tem vindo a diminuir a taxa de desemprego ano, após ano. -----

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra referindo que em todo e qualquer Protocolo ou Programas de colaboração com outras entidades, sem que sejam facultados os respetivos relatórios de acompanhamento, não é possível aferir da pertinência da alteração/renovação dos mesmos, sendo lamentável que não tenham sido enviados com a convocatória da presente reunião. -----

Relativamente à questão da empregabilidade mencionada pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues o Senhor Presidente referiu que se não fossem os tais imigrantes que Fornos de Algodres tão bem acolhe, muitas das empresas do concelho teriam de fechar pois não teriam mão-de-obra para trabalhar e salientou ainda que a maior parte dos imigrantes se encontram a trabalhar em empresas do concelho, não estando afetos a Medidas de emprego. Para terminar o Senhor Presidente referiu que comparativamente com outros concelhos, a taxa de desemprego de Fornos de Algodres é bem menor que a de outros Municípios. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que estava incrédula relativamente ao que havia sido proferido pelo Senhor Presidente e questionou se o mesmo se sentia satisfeito com o número de empresas que se haviam instalado no concelho de Fornos de Algodres com vista à criação de novos postos de trabalho e mais informou que se devia ter criado as devidas condições para a fixação de novas empresas e consequentemente muitos mais postos de trabalho, o que lamentavelmente nunca aconteceu. Neste contexto salientou a situação da Zona Industrial de Juncais que continua no estado em que se encontra, sem que tenha havido lugar à implementação de empresas. -----

No que respeita à intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Presidente referiu que a mesma tinha feito referência à narrativa do PSD, contudo essa narrativa deveria ter sido considerada desde 1974 até 2013 que foi o período em que o PSD esteve no concelho de Fornos de Algodres. Mais referiu o Senhor Presidente que também se encontrava no concelho de Fornos de Algodres, mas não tinha as responsabilidades atuais, sendo apenas membro da Assembleia Municipal e defendendo outro Projeto, que não aquele que foi definido na altura para o concelho de Fornos de Algodres. Mais informou o Senhor Presidente que sempre se sentiu confortável com o papel que desempenhou na Assembleia Municipal, tendo sempre defendido os seus ideais, com a devida responsabilidade e lamentou que durante o período de 1974 a 2013 o concelho de Fornos de Algodres tenha ficado bem mais pobre, com uma dívida colossal, que efetivamente continuará a condicionar toda a população, e mais referiu que o trabalho que tem vindo a ser feito pelo atual Executivo é o melhor possível, mediante as dificuldades que se têm enfrentado. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto de vencido -----

----- Voto vencido -----

“Voto vencido nos termos da Legislação e Regimento das reuniões de Câmara dado que a documentação enviada não cumpre com o Regimento das reuniões de Câmara e Norma de controle interno, além de que: -----

- Se desconhece despacho de delegação de competências nos Vereadores em regime de permanência e no Chefe de Divisão Administrativa; -----

- Não é fornecida qualquer informação de implementação de protocolo em vigor, valores envolvidos no presente ano civil, números de beneficiários e impactos financeiros; -----

- Desconhece-se até à presente data diagnóstico, nos termos do compromisso do Radar Social.” -----

O Senhor Presidente questionou a Senhora Vereadora Cristina Guerra no sentido de confirmar se no âmbito da declaração de voto vencido que justificava o voto contra, tinha feito uma observação ao Radar Social, ao que a Senhora Vereadora Cristina Guerra respondeu afirmativamente. -----

5 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com abstenção da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência